

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos dezassete dias do mês de Junho de dois mil e onze, pelas vinte horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Modificações orçamentais: 1ª revisão ao Orçamento de 2011;-----

-----2. Modificações Orçamentais: 1ª revisão às Grandes Opções do Plano de 2011;-----

-----3. Aditamento à Tabela Geral de Taxas e outras receitas municipais;-----

-----4. Regulamento de utilização da Casa da Cultura de Mira de Aire e do Cine-teatro de Porto de Mós;-----

-----5. Expropriação de terrenos para a zona industrial de Porto de Mós – pedido de declaração de utilidade pública e posse administrativa – Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro.-----

-----6. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António da Conceição Ferraria (CDU); Manuel Correia Vala (Pedi a suspensão do mandato por seis meses – PSD); Jorge Paulo Costa Carvalho (Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga - PS) – falta justificada; Maria Teresa Jorge Gomes (PS – falta justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, Rita Cerejo, Júlio João Vieira Carreira e Luis Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e oral que estes apresentaram dentro do prazo regimental.-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs depois a discussão e votação a acta da sessão anterior, perguntando quem não concorda com algum dado da acta, manifestando-se os deputados **Luis Monteiro** e **Ana Narciso**, tendo esta referido alguns lapsos de escrita, passando a elencar esses erros que constam, entre outras, a páginas 182 e 189, tendo o senhor Presidente da Assembleia perguntado se em termos de conteúdo esta deputada concordava, com o documento em apreço, tendo aquela afirmado que sim.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse depois a **Luis Monteiro** que apresentasse então a objecção tendo aquele referido que na página 207 existe um lapso, e que onde se diz António Vala se deve dizer Manuel Vala, acrescentando depois que nessa mesma página existe uma omissão na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resposta do senhor Presidente da Câmara ao deputado Hélder Costa, dizendo que, depois do que está referido na acta, aquele disse ainda ao deputado que “as máquinas já não vão assim amanhã para lá”, dizendo que acha que isso deve ficar registado na acta uma vez que foi dito, e que se houver dúvidas, poder-se-ão consultar os registos.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se ao deputado **Luis Monteiro**, disse que este terá concerteza entendido que o senhor Presidente da Câmara fez uma ironia, tendo o deputado supra-referido dito que não sabe se foi ironia ou não, mas que deve constar da acta uma vez que foi dito.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu instruções aos serviços de apoio à Assembleia, no sentido de se corrigir a acta de forma a conter a alteração pretendida pelo deputado Luis Monteiro. -----

-----**Marta Teresa Ferreira Neto (PS)** interveio igualmente no sentido de pedir a correcção do seu nome, por constar na acta em discussão como Maria Teresa...-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usou novamente da palavra para dizer que assim sendo a acta não será aprovada hoje e que será posta a votação depois de serem introduzidas as respectivas alterações, o que acontecerá na próxima sessão. -----

-----Sobre a convocatória, disse que recebeu hoje um e-mail da senhora vereadora Rita Cerejo a pedir a introdução de um novo ponto na Ordem de trabalhos dado que existem dois elementos que fazem parte da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens que têm manifestado indisponibilidade por motivos profissionais e outros para participar regularmente na referida Comissão, e que, segundo o Regulamento, após quatro faltas terão que ser substituídos. Assim, disse, que se os deputados concordarem que seja aditado mais um ponto à Ordem de Trabalhos, a senhora vereadora depois proporá os nomes que entender, achando ainda que cada grupo municipal terá direito também a propor os nomes que considerar adequados. Acrescentou ainda que, mais à frente e antes de se entrar no Período da Ordem do Dia, se voltaria a falar sobre isto, pedindo para se pensar da pertinência ou não da introdução de mais este ponto na Ordem de Trabalhos, passando a ler o e-mail que acima referiu e que a seguir se transcreve.-----

-----“Venho pela presente na qualidade de Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, expor o seguinte: A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens funciona em duas modalidades: a restrita e a alargada. Na sua modalidade alargada a CPCJ é constituída por dezassete elementos, representativos da autarquia local, diversos organismos públicos e de entidades existentes na comunidade. Assim, e nos termos do disposto na alínea i) do artigo 17º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens – Lei 147/99 de 1 de Setembro, e na alínea j) do nº 1 do artigo 6º do Regulamento Interno da CPCJ de Porto de Mós, a Assembleia Municipal deve designar quatro pessoas entre cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área de crianças ou jovens em perigo para integrar a CPCJ na sua modalidade alargada. Em cumprimento do supra citado preceito legal, foram designados pela Assembleia Municipal de Porto de Mós, quatro pessoas na sessão de 30 de Abril de 2010. Sucede que duas das pessoas designadas, nomeadamente a Drª Cátia João Morgado Costa e a senhora Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano, em virtude de compromissos profissionais que assumiram, demonstraram impossibilidade de continuarem a integrar a CPCJ, pelo que apesar de ainda não terem terminado o mandato de dois anos destas comissárias impõe-se a necessidade de se proceder à sua substituição. Desta sorte, solicito a V. Exª. que a Assembleia Municipal de Porto de Mós, em cumprimento do disposto na alínea i) do artigo 17º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens - Lei 147/99 de 1 de Setembro e na alínea j) do nº 1 do artigo 6º do Regulamento Interno da CPCJ de Porto de Mós, designe dois novos elementos para integrar a modalidade alargada da CPCJ de Porto de Mós. Em jeito de nota final, cumpre-me referir que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presente pedido não consta na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal agendada para 17 de Junho de 2011, por mero lapso, já que à semelhança do que é habitual noutros anos, contávamos com o agendamento da Assembleia Municipal para 24 de Junho de 2011, pelo que não foi entregue atempadamente, razão pela qual solicitamos a compreensão de V. Ex^a. e dos senhores deputados municipais e deixamos à V. superior consideração a decisão de aditar ou não este assunto à Ordem de Trabalhos. Sem outro assunto, subscrevo-me, com consideração.”-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**,
interveio para dizer que este é um assunto muito importante, não tendo nada a obstar, dizendo que no entanto está a ser apanhado de surpresa para indicar nomes, perguntando se a senhora vereadora já tem alguns nomes que possa propor sugerindo que cinco minutos antes da discussão deste assunto os líderes da bancada se possam reunir para que se possa chegar a algum consenso.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia perguntou depois se o Partido Socialista também concordava que se introduzisse mais este ponto na Ordem de Trabalhos, tendo-lhe sido respondido que sim, tendo também perguntado o mesmo ao deputado independente Luis Manuel da Silva Cordeiro (IPSB – Presidente da Junta de Freguesia de S: Bento) que também não levantou objecções. Perguntou ainda o senhor Presidente se havia algum deputado que se opusesse a que este assunto passasse a integrar a ordem de trabalhos. Não tendo havido qualquer oposição declarou que seria então aditado este assunto à Ordem de Trabalhos para a presente sessão e que passaria a constituir o 6º ponto passando o actual 6º para 7º ponto. -----

-----**2. LEITURA DO EXPEDIENTE:** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta. -----

-----Disse depois que recebeu um requerimento que lhe foi endereçado pela deputada municipal Ana Narciso, onde lhe pedia, ao abrigo do artigo 16º do Regimento, que diligenciasse junto do senhor Presidente da Câmara, no sentido de obter a relação completa de todos os contratos de avença na Câmara e respectivo valor individual auferido por cada um dos avençados, quais as funções efectivas para que foram contratados, data de inicio e termo do contrato de avença. Tendo o senhor Presidente da Câmara respondido, foi essa resposta encaminhada para a senhora deputada municipal. Posteriormente, a senhora deputada voltou a este assunto, pedindo que, na sequencia da resposta ao requerimento sobre avenças, se fornecesse informação sobre qual o horário de trabalho das pessoas com contrato de prestação de serviços e a que publico se destinavam as aulas dadas nas piscinas municipais. Disse que aconselhou a senhora deputada a dirigir-se aos serviços da Câmara Municipal a fim de obter essas informações, o que efectivamente aconteceu. Acrescentou ainda que em assuntos como estes, os deputados municipais têm todo o direito e legitimidade para fazerem essas perguntas directamente junto da Câmara Municipal.-----

-----Referiu ainda que a mesma deputada lhe deu conhecimento de uma proposta subscrita pelo Coronel Valente dos Santos sobre o roteiro turístico, que começaria em Ourém e acabaria em Porto de Mós, sobre o percurso de D. Nuno Alvares Pereira. Manifestou ainda a sua estranheza dado que o documento começa dizendo “Proposta ao Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós de um Roteiro Turístico Municipal, na vertente histórica” e nem nos serviços da Assembleia nem nos serviços da Câmara, o documento entrou oficialmente.-----

-----Continuou ainda dizendo que o requerimento que foi feito pelo membro que substituiu a Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria na última sessão, Hélder Costa foi remetido à Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, tendo o mesmo merecido resposta do senhor Presidente da Câmara. -----

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD)**, pedindo a palavra referiu o facto de ter falecido a mãe da deputada Olga Silvestre, propondo à mesa da Assembleia que, à semelhança do que tem sido a prática nesta Assembleia, se fizesse um minuto de silêncio, tendo o senhor Presidente concordado passando a apresentar condolências à deputada que se encontrava presente na sala.-----

-----PERIODO DE ANTES DO DIA:-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD)**:-----

-----Começou por referir que o Coronel Valente dos Santos lhe enviou a sua tese de mestrado, que achou muito interessante, até porque traça percursos aqui do concelho por onde passou o exército, e que a sua pergunta consistia em saber que encaminhamento é que este trabalho poderia ter de forma a que fosse integrado no roteiro turístico que está para sair. -----

-----Referiu depois que se assistiu há pouco a um acto eleitoral e que gostaria de trazer a sua reflexão sobre o que se passou. Disse depois que segue com moderação e com muita esperança o conselho de Edgar Morin, esperando que seja realidade, “o abandono de uma grande ilusão pode dar lugar ao nascimento de um grande projecto”, porque a falta de previsão, a fé cega de que as coisas acabarão sempre bem é um pobre substituto da disposição para enfrentar as coisas quando não correm bem. Se temos o direito de continuar à espera é graças à convicção de que os ideais de verdade e de justiça, têm algum valor para a explicação da realidade e alguma viabilidade neste mundo, de que a lógica das coisas pode coincidir pelo menos em parte com a lógica dos valores. É por isso que estas eleições foram um marco na história do País. Renasceu a esperança de que se pode fazer melhor com menos gastos, mais rigor nas contas públicas, maior sustentabilidade dos projectos, menos dividas, porque se pode fazer mais e melhor com muito menos. Disse ainda que não queria e lutaria para que este epitáfio não fosse colocado sobre a sua consciência, tendo hipotecado socialmente o tempo futuro e exercendo sobre as gerações vindouras uma verdadeira expropriação temporal, transformou o futuro na lixeira do presente, e disse, não querer isso na sua consciência, podendo contar consigo para este combate. Continuou dizendo que tem esperança que também aqui ,haverá um dia em que os cidadãos vão exigir uma mudança de rumo e de política.-----

-----Referiu depois uma questão que lhe foi suscitada quando releu a acta, querendo lançar aqui uma questão, sendo também um esclarecimento, ao abrigo do artigo 44º, e que se prende com o facto de as piscinas municipais estarem a ser exploradas por uma empresa, tendo a Câmara cem mil euros de prejuízo. Disse ainda que este numero a perturbou um pouco, tendo aqui todos o direito de prestar a esta assembleia informações para além de quaisquer duvidas, e é perante esta assembleia que o executivo tem de dar informações fundamentadas, pelo que requer, ao abrigo do artigo 44º do Regimento, que numa próxima reunião ou ainda hoje se for possível, que sejam distribuídos a todos os deputados municipais e à própria comunicação social, facturas que comprovem o pagamento da Câmara Municipal à empresa em questão e que comprovem o prejuízo dos cem mil euros referidos aqui na ultima sessão da Assembleia Municipal, bem como a acta da reunião de Câmara de 26 de Junho de 2003.-----

-----Disse ainda que ao ler toda a documentação que lhe foi enviada, gostaria de saber quais os critérios ou as razões pedagógicas, financeiras ou logisticas, ou outras, que estiveram na base da decisão de excluir da aprendizagem da nataçao todos os alunos do primeiro e segundo ciclos, do concelho. Existe uma situação anómala, em que as crianças iniciam a adaptação ao meio aquático até aos cinco anos e depois interrompem e só retomam a actividade aos doze/treze anos de idade. Disse ainda que também gostaria de saber o que se passa com os balneários públicos, porque já existe uma petição *on-line* para a sua abertura.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Disse que apenas queria fazer referência a uma situação que foi há uma ou duas sessões atrás em que ele se insurgiu contra os preços que iriam ser praticados nos cafés do Parque Verde, dizendo tratar-se de um espaço que tem potencialidades para atrair muita gente. Disse ainda que uma das críticas que mais tem ouvido é a falta de sombras, comentando que se o parque tivesse sido construído há meia dúzia de anos as árvores já estariam maiores.-----

-----Disse ainda que queria questionar o executivo sobre outra situação e que tem a ver com o clima de crise que se vive no país perguntando se o executivo tem algumas informações concretas que lhe permitam saber o que é que vamos ter estes dois anos até ao final do mandato. Sobre isto, disse ainda que queria aqui lançar uma questão: este executivo desde há seis anos a esta parte tem sem duvida feito muitas obras, no entanto há outras áreas que considera terem sido um pouco descuradas, nomeadamente a manutenção e algumas situações de funcionamento da vida corrente das estruturas que têm sido criadas, dizendo que não valerá a pena estar-se a fazer muitas e grandes construções e depois ter grandes dificuldade ou não conseguir dar vida às várias infra-estruturas criadas, perguntando se não seria altura de se repensar prioridades. Fazendo referencia também às dificuldades que se avizinham disse que devemos pensar se queremos construir mais ou se queremos dar uma vida de qualidade àquilo que temos. Terminando fez ainda referencia aos eventos promovidos pela Câmara Municipal, que têm sido muitos, perguntando como é que o executivo se consegue fazer representar na maior parte deles, dizendo haver por vezes a duplicação de eventos em sítios diferentes. -----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):** Usando da palavra, disse que, para que conste da acta o momento eleitoral que passámos e não para fazer qualquer apreciação política, mas tendo em conta que o concelho de Porto de Mós entre os dezasseis do distrito de Leiria, foi o quinto onde houve menor abstenção, achando ser motivo de orgulho a participação e o espírito cívico dos munícipes de Porto de Mós apresentou à mesa um voto nesse sentido. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra manifestou a sua preocupação quanto à situação da saúde na freguesia de Serro Ventoso e também em Mira de Aire, não havendo médicos disponíveis para irem aos Centros de Saúde, não havendo uma previsão para a resolução do problema e estando as populações sem médico. Embora a solução do problema não esteja nem na Câmara nem nas Juntas de Freguesia ou na Assembleia Municipal, é fundamental que se unam esforços para tentar solucionar este problema, disse.-----

-----Referiu-se depois às Eleições Legislativas de 5 de Junho, dizendo que houve uma opção clara de mudança havendo uma esperança de que a nova força política que vai governar o País vai mudar o *modus operandi* de fazer política. Chamou depois a atenção para a realidade do concelho, dizendo que se nós não mudarmos também, se não se planearem as acções, nomeadamente no que diz respeito ao saneamento básico, chegará uma altura em que não existirá nem o dinheiro nem o saneamento básico e atendendo à escassez de recursos há que ter em atenção não só o que se gasta, mas fundamentalmente onde se gasta. Estas eleições, vieram mostrar a nível nacional que essa forma de governação tem que ser corrigida e deve ser diferente.--

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu o mau estado em que se encontra a estrada da Boeira, bem como a estrada que liga o Juncal a Pataias que é já da responsabilidade da Câmara Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuando, referiu-se à zona industrial do Juncal perguntando se foram vendidos alguns lotes ou se aquela está em vias de desaparecer como tal .-----

-----Questionou ainda sobre a situação do pavilhão desportivo do Juncal.-----

-----Terminando, disse ainda que ainda bem que há pessoas contentes com as eleições do dia 5 de Junho.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que gostaria de dar uma achega acerca da proposta do senhor Coronel Valente dos Santos. Disse que teve oportunidade de o acompanhar numa visita à zona da Fonte do Oleiro/Fonte dos Marcos, e que na altura que o senhor Coronel estava a terminar a sua tese de mestrado, lhe telefonou a perguntar como haveria de interligar a tese e aquilo que ele pensava para aquela zona, com o concelho. Disse ainda que lhe respondeu que poderia contactar o senhor Vereador da Cultura, não sabendo depois se houve esse contacto ou não.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que o Parque Verde é mesmo verde e que representa a esperança em melhores dias, a esperança em melhor viver e de forma mais saudável, da população do concelho e não só. Disse ainda que tem esperança que o Parque Verde não seja tão negativo como foi destacado na imprensa e também aqui. Disse ainda que num pequeno resumo que a Câmara enviou a todos os deputados, desde os transportes até à comunicação, ao abastecimento de água, etc., são aqui destacados 101 pontos, o que equivale a 101 trabalhos realizados pelo executivo neste período de tempo. Continuou ainda dizendo, que não há bela sem senão, e que a estrada que dá acesso ao Pingo Doce no Chão da Feira, está a abater na zona do saneamento, urgindo corrigir essa situação, pois pode dar origem a acidentes, dizendo que isto prova que há alguém atento às coisas positivas mas também às coisas negativas.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo que na ultima sessão se questionou da pertinência de algumas das suas intervenções referindo que sempre que o Presidente da Assembleia é questionado em algum assunto ele tem o direito de responder e tentar esclarecer o que for pertinente. Sobre a acta, disse querer esclarecer o seguinte: o Presidente da Assembleia Municipal não tem influencia nenhuma nem qualquer interferência na elaboração da acta, estando essa função cometida ao secretariado, não tendo nunca alterado nada de substancial no documento que depois lhe é remetido. Continuou dizendo que não quer que se imagine que o Presidente da Assembleia possa condicionar de alguma forma a elaboração desse documento.-----

-----Deu depois a palavra ao senhor Presidente da Câmara que passou a prestar alguns esclarecimentos aos anteriores intervenientes, respondendo primeiramente a Ana Narciso na referência que esta fez às eleições, dizendo que comunga inteiramente das suas preocupações e desejos, e que faz votos para que o que aí vem seja melhor do que o que passou. No que diz respeito às mudanças de rumo no concelho, disse querer lembrá-la que isso foi aquilo que os portomosenses fizeram há cinco anos atrás e que há um ano atrás confirmaram por larga maioria, demonstrando assim que estavam satisfeitos com a mudança de rumo que havia sido feita. Disse ainda esperar que daqui a dois anos os portomosenses continuem a não estar arrependidos e que continuem a manifestar a sua concordância com o actual executivo. Disse depois pensar que não estão arrependidos exactamente por aquilo que o senhor deputado António Almeida disse, porque felizmente há muito trabalho feito, com grande rigor, com grande dedicação, com grande determinação, e essa será a grande diferença. Sobre as piscinas, disse que o valor que referiu é verdade. Disse que não há pagamentos à empresa que explorava as piscinas, sendo aí que reside

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a confusão, o que se passava era que todas as receitas das piscinas eram para a empresa e todas as despesas da piscina eram da Câmara, nomeadamente a limpeza, o aquecimento, a luz, os produtos químicos e manutenção da água, o pagamento de alguns monitores, entre outros, restando para a Câmara uma percentagem mínima das receitas cobradas. Assim, disse, não há pagamentos à empresa e esse valor que foi apurado, traduz-se nos custos que a Câmara tinha sem que houvesse contrapartida. Assim o que aconteceu, foi que a Câmara deixou de ter um prejuízo de cem mil euros/ano relativamente à exploração das piscinas.-----

-----Disse depois que nem todos os alunos do 1º ciclo tinham natação, apenas alguns alunos do 4º ano e alguns do 3º, quando havia escolas unificadas, tinham natação. Afirmou ainda que nesta altura todos os alunos das pré-primárias do concelho têm natação, exceptuando três, Mira de Aire, Alvados e Fonte do Oleiro.-----

-----Relativamente aos balneários públicos, disse não saber ao que aquela deputada se refere, pensando que esta se está a referir aos balneários que dão apoio aos campos de ténis, que não são públicos, mas sim de uso exclusivo dos campos de ténis e que também dão apoio aos utentes do campo relvado sintético. -----

-----A **Rui Marto**, respondeu, quanto ao Parque Verde que ainda bem que já muita gente se convenceu que o Parque Verde é mesmo verde, acrescentando não estar satisfeito com o relvado que lá está, que não está nas melhores condições, pelo que o mesmo vai ter que ser re-semeado, por exigência sua junto da empresa responsável. Quanto à falta de sombras, referiu que há que dar tempo para que as árvores que lá foram plantadas cresçam.-----

-----Referiu-se depois aos cortes da Troika, manifestando a sua preocupação e dizendo que existe de facto um corte na transferência da Administração Central, já para não falar na redução de impostos directos, exemplificando com o facto de neste momento na Secção de Obras Particulares se ir no processo nº 90, quando há cinco ou seis anos se estaria, nesta altura do ano com cerca de 2000 processos, ou seja a receita directa do município, no que diz respeito à construção civil caiu drasticamente. Comentou ainda que se o modelo de financiamento das autarquias não for alterado em pouco tempo a grande maioria das câmaras do País estarão falidas, porque esse modelo assentava essencialmente no parâmetro construção civil e isso nesta altura representa para Porto de Mós quase zero. Sendo certo que o município é o 33º a nível nacional com menor ratio de endividamento *per capita*, ainda assim é necessário cuidado. -----

-----Referiu-se ainda às obras de manutenção dos edifícios públicos que têm vindo a ser feitas, nomeadamente no Cine-teatro de Porto de Mós, bem como nas escolas básicas e pré-primárias do concelho, sendo essa uma das áreas em que são feitas grandes intervenções, com frequência, dizendo ainda que faltam ser intervencionados os pavilhões polidesportivos de Mira de Aire e de Porto de Mós.-----

-----Quanto aos mercados rurais que se realizaram em Porto de Mós e em Mira de Aire no mesmo dia, disse que essa foi uma opção dos Agrupamentos de Escolas.-----

-----A **Carlos Venda**, disse a propósito da falta de médicos no concelho, que a situação mais preocupante é a de Mira de Aire. Disse depois que teve uma reunião com a Administração Regional de Saúde do Centro que lhe garantiu que a situação de Mira de Aire iria ficar resolvida dentro de pouco tempo. Fez depois algumas considerações acerca da situação da saúde no concelho, nomeadamente referindo que se se aposentarem os médicos do concelho que estão em condições de o fazerem, ficar-se-á com mais de 50% dos médicos reformados.-----

-----Respondendo a **Joaquim Santiago**, disse conhecer a situação da estrada da Boeira dizendo que a mesma será reparada em breve. Quanto à zona industrial do Juncal, disse que foi feito um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

levantamento quanto às zonas industriais do concelho, referindo que nesta há compromissos assumidos com algumas empresas estando algumas destas em falta para com o município, o que é para si preocupante, pois teme que possam não vir a celebrar escritura de compra e venda. No que se refere ao pavilhão do Juncal, disse que se está em fase de protocolo com a Junta de Freguesia do Juncal, que entretanto será celebrado.

-----A **António Pires** disse no que se refere aos caminhos de D. Nuno Alvares Pereira, que o senhor Vice-Presidente lhe responderia por ter acompanhado esta situação mais de perto.

-----A **António Almeida**, e acerca do Parque Verde, respondeu que é uma obra que a todos orgulha. No que se refere à estrada do Pingo Doce, disse que existe um projecto para a construção de uma rotunda, estando apenas à espera que o IGESPAR autorize um pequeno pormenor que lá existe, sendo que essa reparação envolverá a reparação da rotunda.

-----O senhor **Vice-Presidente da Câmara** usou depois da palavra para esclarecer **António Pires**, dizendo que o senhor Coronel Valente dos Santos falou consigo, duas ou três vezes pelo telefone e uma pessoalmente. Disse depois que decorreu em Ourém uma reunião na qual esteve presente juntamente com a vereadora da Cultura da Batalha estando também presente o vereador da Cultura de Ourém, porque isto, a fazer-se alguma coisa neste domínio, envolve os três concelhos, dizendo que o que está pensado é reviver o caminho que D. Nuno fez desde algures para além de Ourém, até à Batalha. Acrescentou ainda que logo nessa reunião se levantaram algumas dúvidas por um suposto especialista da história dessa altura que também estava presente, sobre o reconhecimento do caminho, dizendo ter percebido pelo ambiente gerado na sala que as dificuldades são algumas. Disse ainda que não ficou muito claro para si se o projecto vai avançar ou não e que se disponibilizou a dinamizar o processo naquilo que fosse possível do lado do concelho de Porto de Mós. Referiu depois que ficou nomeado o vereador da Cultura de Ourém, para fazer a articulação entre os três municípios mas que isto já aconteceu acerca de seis meses não tendo recebido mais nenhuma comunicação desde essa altura.

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Não havendo público para intervir, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia referindo que a seguir ao ponto 5º se introduziria então o assunto relativo à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, ficando assim a constituir o ponto 6º da ordem de trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Modificações orçamentais: 1ª revisão ao Orçamento de 2011;

-----No uso da palavra o senhor Presidente disse que a presença deste assunto nesta Assembleia Municipal decorre da legislação que obriga a afectar o saldo orçamental do ano transacto, que neste caso foi de vinte e três mil novecentos e setenta e sete euros e quinze cêntimos. Disse ainda que também se aproveitou esta revisão para integrar duas obras que não estavam previstas no Plano de Actividades inicial para 2011, esclarecendo que uma delas estava prevista mas que estava noutra rubrica e que tem a ver com o protocolo da EDM, que é uma empresa de desenvolvimento mineiro, que faz parte de Instituto de Geologia e Minas e é a empresa que irá liderar a execução de duas obras no município de Porto de Mós, sendo que uma delas tem a ver com uma pedreira que está desactivada na zona da Bezerra e que consiste em arranjos exteriores e na sua impermeabilização, para servir de ponto de água e outra delas tem a ver com o chamado Jardim da Pedra em Alcaria, uma vez que esta intervenção tem a ver com a pedreira da pedra bicho em Alcaria. A obra estava como sendo feita pela Câmara, mas como não é assim, não se pode transferir verba para a empresa se isso não estiver aqui previsto. Continuou ainda dizendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, no que diz respeito ao Centro Escolar de Porto de Mós, e à aquisição dos terrenos para a sua ampliação, se está em fase de negociações com a Dr^a Madalena Tabau, tendo sido conseguido que o valor inicialmente pedido tivesse baixado de cerca de quinhentos mil euros para cerca de trezentos mil euros, estando a tentar negociar algumas condições de pagamento sendo a proposta da Câmara no sentido do pagamento faseado em três anos (cem mil euros por ano), até 2013. Disse que a proprietária ainda não aceitou esta proposta e que não sabia se iria aceitar, mas que esse faseamento deveria estar previsto. Continuou dizendo continuar a acreditar que não adquirir aquele terreno para o futuro Pólo Escolar de Porto de Mós constituiria um grave erro, pois o centro escolar de Porto de Mós precisa urgentemente de ser ampliado. Referiu ainda que existe uma obra nova que não estava no Plano inicial e que acha importante realizar e que é a requalificação da ponte conhecida como ponte da Ti Teresa e que é a ponte que dá acesso ao Parque Verde do lado do Largo do Rossio. Disse ser uma ponte que não oferece segurança e dado que por ali irão passar os veículos que permitirão o abastecimento aos estabelecimentos que se encontram naquele espaço, urge a sua requalificação pois a sua estrutura está muito abalada. -----

-----Tendo a deputada **Ana Narciso**, que se havia inscrito, prescindido da palavra, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 12 (doze) abstenções**.-----

-----2. Modificações Orçamentais: 1^a revisão às Grandes Opções do Plano de 2011:-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra remeteu para o que disse anteriormente, dado que os dois pontos se encontram interligados, disponibilizando-se para esclarecer quaisquer dúvidas por parte dos deputados municipais.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 12 (doze) abstenções**.-----

-----3. Aditamento à Tabela Geral de Taxas e outras receitas municipais;-----

-----O senhor Vice-Presidente usando da palavra disse que se deveriam discutir o ponto 3 e o ponto **4 - Regulamento de utilização da Casa da Cultura de Mira de Aire e do Cine-teatro de Porto de Mós** - em simultâneo dada a sua interligação, o que foi aceite pelo plenário da Assembleia Municipal, devendo no entanto a sua votação ser feita separadamente.-----

-----O senhor Vice-Presidente passou então a referir-se ao ponto 3, - Aditamento à Tabela Geral de Taxas e outras receitas municipais - dizendo que esse aditamento tem a ver com as taxas que quem requer o uso dos espaços culturais - Cineteatro de Mira de Aire e Casa da Cultura de Mira de Aire - terá que liquidar junto dos serviços da Câmara Municipal.-----

-----No que se refere ao 4º Ponto, que é o Regulamento propriamente dito e do qual derivam as taxas acima mencionadas, passou a explicar a razão de se ter feito este Regulamento, dizendo que até hoje nunca havia existido um regulamento para o Cine-Teatro, carecendo esta matéria de urgente regulação.-----

-----Continuou dizendo que, como foi inaugurada a Casa da Cultura de Mira de Aire, se aproveitou o ensejo para criar uma regulação para que aqueles espaços possam funcionar de forma mais disciplinada.-----

-----Disse ainda que na criação deste Regulamento, houve o cuidado de o tornar perceptível, claro e curto para que tenha maiores e melhores níveis de cumprimento e também por se tratar de uma realidade nova que suscita mais dúvidas. Continuou, dizendo que pensa ter sido conseguido um regulamento com um articulado muito simples, tendo sido consultados outros municípios uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vez que todos já tinham este instrumento de regulação.-----

-----Referindo-se depois ao aspecto quantitativo das taxas, disse que houve a preocupação de não ir além daquilo que lhe parece ser uma importância absolutamente simbólica, ficando de uma forma geral, abaixo das taxas previstas nos regulamentos que foram consultados. No que se refere à fixação dos valores das taxas, disse terem sido tomados em consideração alguns factores que passou a enunciar, nomeadamente o tipo de entidade, se tem ou não tem fins lucrativos, com a área de residência dessa entidade, se é ou não do concelho e com o tipo de evento a realizar. -----

-----Continuou dizendo que o regulamento foi posto em discussão pública, conforme a lei obriga, tendo havido uma sugestão que achava pouco o espaço temporal de duas horas gratuitas para que a entidade promotora do evento pudesse ensaiar e montar o espectáculo. Essa sugestão foi acolhida pela Câmara Municipal que deliberou passar para quatro horas esse espaço temporal e que passará a constar da versão final do presente regulamento.-----

-----**Marta Teresa Ferreira Neto (PS):**-----

-----Usando da palavra disse querer perguntar ao senhor Vice-Presidente, quais os critérios que vão ser usados para isentar as entidades ou associações que solicitem tanto o Cine-Teatro como a Casa da Cultura .-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Referiu o facto de, no que se refere concretamente a Mira de Aire, as entidades que solicitem a Casa da Cultura terem que se deslocar a Porto de Mós, o que na prática se traduz num maior dispêndio na viagem do que propriamente no pagamento da taxa a que possam estar sujeitas, sugerindo que se resolva esse assunto com a Junta de Freguesia de Mira de Aire e que se disponibilize também uma solução via internet.-----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse, na expectativa de ir ao encontro da exigência de que o senhor Presidente da Câmara falou há pouco, em termos de obras, e do rigor que tem com base na sua formação, querer questionar duas coisas: para quando se podem esperar a conclusão dos trabalhos relacionados com a Casa da Cultura, um investimento de aproximadamente dois milhões de euros e se até os trabalhos que faltam estarem concluídos, se cada pedido que as entidades façam à Câmara lhes vão cobrar as taxas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a **Pedro Vieira** dizendo que os arranjos exteriores da Casa da Cultura se realizarão este ano, acrescentando que teve que se reformular aquele projecto, que já está pronto para pôr a concurso. Quanto às restantes obras e arranjos no interior da Casa da Cultura continuam todas a ser da responsabilidade do empreiteiro até à recepção da obra.-----

-----Posteriormente o senhor Vice-Presidente passou a responder a **Marta Neto** dizendo que as isenções são uma excepção e que a regra são cedências onerosas conforme se refere no Regulamento. No caso de haver pedidos de isenção, que terão que ser devidamente fundamentados, será o executivo a deliberar. -----

-----Respondendo depois a **Virgílio Casimiro**, o senhor Vice-Presidente disse que proximamente a situação estará resolvida, porque Mira de Aire irá ter um balcão de atendimento da Câmara Municipal de Porto de Mós, bem como o Juncal, de forma a facilitar o acesso da populações aos serviços, sem que tenham que fazer deslocações de maior.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos – **Aditamento à Tabela Geral de Taxas e outras receitas municipais** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 11 (onze) abstenções**.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, pediu a palavra para intervir sobre o ponto 4 da Ordem de Trabalhos, explicando porque é que a sua bancada quis separar os assuntos, dizendo que num se está a falar de um regulamento, de um texto, que em sua opinião pode sofrer alterações. Quanto à Tabela de Taxas são aquelas e poder-se-á ou não concordar com elas. Quanto ao Regulamento, disse ter vindo para aqui com uma certeza mas que perante a resposta do senhor Vice-Presidente ficou com uma dúvida. A certeza que tinha era que o Regulamento de Taxas e Licenças no seu artigo 16º, que foi aquele ao qual foram associadas as taxas que constam do ponto 3 da ordem de trabalhos, diz que *“estão isentos do pagamento das taxas previstas neste regulamento, as seguintes pessoas colectivas:...”* sendo que estas estão todas elencadas no corpo desse artigo, donde se conclui que essas pessoas colectivas não precisam de deliberação da Câmara Municipal, uma vez que já estão isentas por força deste Regulamento. Referiu que esta isenção é muito abrangente e que apenas aqui deveriam caber pessoas colectivas com essas características mas com sede no concelho. Continuou dizendo que, face à explicação dada agora pelo senhor Vice Presidente chegou à conclusão que não é essa a intenção da Câmara, de isentar as colectividades do concelho no uso dessas salas. Assim, como não é intenção da Câmara isentá-las, o PSD irá apresentar uma proposta de alteração ao artigo 20º, acrescentando que se trata de uma redundância porque as isenções já estão previstas naquele artigo 16º do diploma referido conforme já disse, mas depois do que o senhor Vice-Presidente disse, as colectividades do concelho não estão isentas segundo a interpretação da Câmara, e para que não haja dúvidas propõe-se acrescentar no artigo 20º uma alínea, com o seguinte teor:-----

-----*“As taxas a que se refere o nº 1 deste artigo não se aplicam às entidades referidas nas alíneas a), b), c), d), e) e g) do artigo 12º e ainda às referidas na alínea h), do mesmo artigo, desde que tenham sede no concelho.”*-----

-----Continuou ainda dizendo que no artigo 10º, na sua alínea a) se diz que os pedidos terão de ser formulados com uma antecedência mínima de 30 dias e no máximo de 120 dias em relação à data para a qual se pretende a cedência, considerando que os 120 dias é pouco e sugerindo a seguinte redacção:-----

-----*“artigo 10º, a) Os pedidos terão que ser formulados com uma antecedência mínima de 30 dias e o máximo de 180 dias em relação à data para a qual se pretende a cedência;”*-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Vice-Presidente, dizendo que este documento foi visto e que ninguém descobriu que se estava a colocar uma actividade paga, num ponto que já por si estava isenta nos termos do regulamento das Taxas. Disse ainda achar que este assunto deveria ser discutido com mais tempo e noutra lugar, que não aqui, de forma a ser devidamente analisado do ponto de vista jurídico. Referiu ainda que o objectivo que o executivo pretendia era o da regra geral de que as cedências são onerosas deixando uma janela aberta para alguma isenção que seria decidida pelo executivo.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que a bancada do PSD propôs as duas alterações que acima se transcreveram, devendo as mesmas ser votadas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara interveio também, dizendo que o espírito do regulamento é que as entidades que aqui estão referidas possam vir a ser isentadas desde que devidamente justificado.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Vice-Presidente, disse ainda que este assunto deveria ser clarificado por técnicos de direito e que se há aqui alguma contradição, isso deve ser devidamente esclarecido. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia perguntou a **António Pires** se ele pretendia manter a proposta de alteração ou se pretendia reflectir sobre esse assunto, pedindo mesmo um parecer jurídico sobre esse assunto.-----

-----**António Pires** usando da palavra disse que dado que se chegou à conclusão de que há aqui algo que não está esclarecido, só há duas hipóteses: ou o executivo retira este ponto da ordem de trabalhos e vai esclarecê-lo e numa próxima sessão trá-lo cá novamente ou então mantém a proposta que apresentou. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a ler as propostas de alteração do Regulamento para Utilização da Casa da Cultura de Mira de Aire e do Cine-Teatro de Porto de Mós, que se encontram transcritas acima, colocando-as depois a votação. -----

-----Colocada a votação **a proposta de alteração do artigo 10º**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 15 votos a favor, 11 abstenções e 4 votos contra**.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação a **alteração ao artigo 20º**, tendo a mesma merecido **12 votos a favor, 5 abstenções e 13 votos contra, pelo que a presente alteração não foi aprovada**.-----

-----Posteriormente ainda, foi o presente regulamento votado na generalidade – **Regulamento de Utilização da Casa da Cultura de Mira de Aire e do Cine-teatro de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 9 (nove) votos contra e uma abstenção**.-----

-----**Luis Carlos Vieira Monteiro (PSD)**:-----

-----Pedi a palavra para apresentar uma declaração de voto em nome da bancada do PSD, referindo que votou assim porque o artigo 20º do Regulamento de Utilização da Casa da Cultura de Mira de Aire e do Cine-Teatro de Porto de Mós remete o pagamento das taxas para o Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Porto de Mós que já aqui foi aprovado, e o Regulamento das Taxas, no seu artigo 16º fala das isenções subjectivas dizendo no seu nº 1 que estão isentos do pagamento das taxas previstas neste Regulamento as seguintes pessoas colectivas, passando a elencá-las em várias alíneas e salientando em especial a alínea g) que faz referencia às associações humanitárias, religiosas, culturais, de desenvolvimento local e desportivas, quando legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem directa e imediatamente à realização dos seus fins estatutários. Continuou ainda dizendo que ao se ter inserido aqui hoje o artigo 54, a), neste Regulamento, este torna-se abrangido por esta isenção subjectiva. Disse ainda que se trata de uma isenção que decorre da lei, não tendo que ser submetida a deliberação da Câmara, dizendo que o artigo 17º esclarece as situações que têm que ir à Câmara e que são aquelas que não estão previstas expressamente. Assim sendo, e apesar de terem votado contra, disse congratular-se com aquilo que aqui ficou escrito e que é a isenção legal das pessoas colectivas no presente regulamento. -----

-----**5. Expropriação de terrenos para a zona industrial de Porto de Mós – pedido de declaração de utilidade pública e posse administrativa – Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro**.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que, como já tinha dito na sua intervenção inicial, decorrem as obras de ampliação da zona industrial de Porto de Mós – 3ª fase, dizendo que esta será privilegiada em termos de localização, dado que fica com um nó de acesso directo a partir do IC9 e fica com outro acesso a partir do IC2. Disse ainda que existe um pequeno entrave nesta obra,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que surgiu inesperadamente, sendo necessário proceder à expropriação de um terreno porque o proprietário, sabendo da necessidade de aquisição do terreno por parte da Câmara está a pedir valores elevadíssimos. Disse ainda que espera que haja bom senso por parte da pessoa a expropriar e que venha negociar amigavelmente com a Câmara. No entanto, continuou, para já o que se pretende é que a Assembleia Municipal declare o pedido de utilidade pública para efeitos de expropriação, uma vez que o que está em causa é o desenvolvimento da zona industrial de Porto de Mós, disponibilizando o texto, que é uma proposta de deliberação da Assembleia Municipal, uma vez que decorre da lei os requisitos que esta deve conter. Assim a Câmara Municipal pede a esta Assembleia que declare o pedido de utilidade pública, com carácter de urgência e posse administrativa, tendo em consideração que a obra se encontra a decorrer, tornando imperioso a continuação dos trabalhos nos termos da Lei 168/99 de 18 de Setembro.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – PSD)**, referiu não ter nada a opor, mas que gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara para quando prevê que se possa ter a zona industrial ligada às duas estradas.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, disse também querer apenas um pequeno esclarecimento no que se refere ao facto de o senhor Presidente da Câmara haver dito que havia a interveniência no processo de uma instituição bancária e de uma hipoteca pendente sobre o imóvel, querendo saber se essa instituição bancária já foi contactada e qual a sua opinião sobre esse assunto, dizendo que a mesma poderá eventualmente servir aqui de mediadora no sentido de resolver a situação.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer, e dirigindo-se a **António Pires** disse que a hipoteca é a um particular, fruto de uma dívida existente a essa pessoa individual.

-----A **Carlos Venda** disse que a ligação da zona industrial às duas estradas irá ser rápida, até porque todas as infra-estruturas estão já concluídas, estando a ser executado um canal para salvaguarda da linha de água ali existente e que é muito importante, principalmente porque haverá ali uma grande área impermeabilizada. Reforçou a importância e a urgência dessa obra atendendo ao interesse que as empresas continuam a manifestar em ali se instalarem.

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto 5 da ordem de trabalhos – **Expropriação de terrenos para a zona industrial de Porto de Mós – pedido de declaração de utilidade pública e posse administrativa – Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro** – posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, pelo que a **Assembleia Municipal deliberou dar satisfação ao pedido da Câmara Municipal**, ou seja, **declarar a utilidade pública com carácter de urgência e obtenção das parcelas de terreno a seguir identificadas e conceder a posse administrativa, considerando que a obra se encontra a decorrer, tornando-se imperioso a continuação dos trabalhos.**

-----**As parcelas a expropriar pertencem ao prédio misto, propriedade de Jorge Pereira Ferreira Vieira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Porto de Mós sob o número 00642/950823, que desde 2003, possui a seguinte descrição: “casa de cave, r/c, sótão e logradouro e olival e cultura arvense – 4.160 m² com inclusão de 698 m² da parte urbana”, localizado em Santeira, ao qual correspondem as descrições matriciais seguintes:**

----- **Artigo urbano 1.816, com a área total de 698 m², área de construção habitacional de 198 m² e área de construção de anexos de 210,36 m², com o valor patrimonial, determinado em 2006, de 116.610 € (cento e dezasseis mil seiscentos e dez euros);**

-----**Artigos matriciais rústicos com os números cadastrais 001.0097, 001.0098 e 001.0099, com as áreas respectivamente de 1.160 m², de 1.240 m² e de 1.760 m², com o valor patrimonial total, determinado em 1990, de 383,67 € (trezentos e oitenta e três euros e sessenta e sete cêntimos);**

-----**Deste prédio, o Município pretende expropriar a área total de 2.185 m², correspondendo a 689 m² do prédio com o número cadastral 001.0097, 504 m² do prédio com o número cadastral 001.0098 e 992 m² do prédio com o número cadastral 001.0099.**

-----**O valor atribuído por perito da lista oficial foi de 16,06 €/m² (dezasseis euros e seis cêntimos por metro quadrado);**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*A previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação que será no caso em apreço o montante de 35.091.10 € (trinta e cinco mil noventa e um euros e dez cêntimos).*-----

-----Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que se iria introduzir um ponto **6º – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – substituição de dois elementos**, a que já se fez menção no início da sessão, referindo que antes de passar a palavra à senhora Vereadora da Acção Social, Rita Cerejo, lhe queria colocar uma questão e que esclarecesse o assunto, perguntando se estes dois elementos foram informados e se concordam com a sua substituição ou se a substituição é automática, decorrendo da lei. -----

-----A senhora Vereadora usando da palavra disse que queria esclarecer que a Comissão não deixa de trabalhar ou de funcionar por falta destes elementos, e que se trata da Comissão Alargada, que actua mais na promoção e protecção dos direitos dos crianças e dos comportamentos de risco e não aquela que acompanha os casos em concreto, estando todo o trabalho da Comissão salvaguardado. Acrescentou ainda que como um dos comissários os deputado municipal Luis Monteiro, comentou na última sessão desta Assembleia, já é altura de pensar na substituição dos membros que têm faltado. Respondendo ao senhor Presidente da Assembleia disse ter consultado a Drª Cátia Costa e a Drª Antonieta Mariano sobre a sua disponibilidade para continuarem a acompanhar os trabalhos da Comissão de forma mais participativa, tendo sido informada de que tanto uma como outra não dispunham, por razões profissionais, de tempo.-----

-----Entretanto o senhor Presidente da Assembleia fez um intervalo de cinco minutos a fim de que a senhora Vereadora reunisse com os líderes das bancadas representadas nesta assembleia para discutirem e escolherem os nomes da(o)s cidadã(o)s que irão substituir os anteriores.-----

-----Regressados que foram à Sala de Sessões os supracitados membros da Assembleia Municipal e a senhora Vereadora da Acção Social, foi presente à mesa da mesma a seguinte proposta que a seguir se passa a transcrever:-----

-----*Para substituição proponho os seguintes nomes: -----
-----Telma Cristina Rodrigues da Cruz, residente em Mira de Aire;-----
-----Sofia Amaral Vala, residente em Ribeira de Baixo.-----
-----Assim estes dois elementos passariam a integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, em substituição da Drª Cátia Costa e da Srª Antonieta Mariano.-----
----- (assinaturas: Rita Cerejo, Presidente da CPCJ, António Manuel Ferreira de Almeida (PS), António Manuel de Sousa Pires(PSD), Luis Manuel da Silva Cordeiro (IPSB)-----*

-----A senhora Vereadora usou da palavra dizendo que os nome indicados foram acolhidos consensualmente por todos os subscritores da proposta, passando a dizer das razões que levaram à indicação destes nomes e não de outros, referindo a disponibilidade e competências de cada uma das senhoras propostas para colaborar nas actividades promovidas pela CPCJ de Porto de Mós, nomeadamente, quanto a Teresa Cristina Rodrigues da Cruz pela sua actividade profissional de professora e educadora e quanto a Sofia Amaral Vala, que sendo ainda estudante tem colaborado de forma pró-activa em diversas actividades elaboradas por esta entidade, na qualidade de Presidente da Associação Jovem de Porto de Mós – Jornada Dinâmica.-----

-----Posto isto, e no seguimento da intervenção do deputado municipal António Pires, deu-se início à votação por escrutínio secreto. Para a realização desta, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, residente em Mira de Aire foi identificada com o nº 1 e Sofia Amaral Vala, residente em Ribeira de Baixo, Porto de Mós, foi identificada com o nº 2. Decorrida que foi a votação, foram obtidos os seguintes resultados:-----

-----Estando presentes 30 (trinta) deputados, 19 (dezanove) deputados votaram em ambas as candidatas (nºs 1 e 2); 9 (nove) deputados votaram apenas na candidata nº 2; 1 (um) deputado votou em branco; 1 (um) deputado votou contra ambas as candidatas. Assim foram eleitas por maioria ambas as candidatas: Sofia Amaral Vala com 28 (vinte e oito) votos e Telma Cristina

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rodrigues da Cruz com 19 (dezanove) votos.-----

-----7. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a fazer referencia a algumas das obras que constam do documento que foi oportunamente distribuído por todos os deputados razão pela qual se escusou de fazer um relato exaustivo do mesmo mas realçando algumas das obras desenvolvidas no período que mediou entre esta e a anterior sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Começou por realçar que este período foi fortemente condicionado pelas Festas de S. Pedro que começarão no próximo dia 25.-----

-----Disse depois que continuam as obras de alargamento da Ponte de Rio Alcaide reputando-a como uma grande melhoria nas acessibilidades a esta vila. Continuam as reparações em diversos caminhos agrícolas, pedindo ao senhor Presidente da Assembleia que ficassem em acta a resposta ao senhor deputado **Luis Monteiro** relativamente à questão de Alcaria, lamentando que este não tenha entendido a ironia com que respondeu ao representante da freguesia de Alcaria, porque e relembrando que aquele havia dito que Alcaria estava esquecida e que a Câmara nunca tinha ido a Alcaria e que nunca se iria a Alcaria. Disse ter respondido humoristicamente que, já que nunca lá se ia, então segunda-feira não se iria para lá, já que estava agendada uma intervenção em Alcaria, conforme esse representante deveria saber, acrescentando que a mesma foi feita. Chamou depois a atenção dos Presidentes de Junta dizendo que nalguns casos, e este foi um deles, os serviços da Câmara substituem os trabalhos das respectivas Juntas de Freguesia. Disse ainda que existe um protocolo assinado com as Juntas de Freguesia sendo transferida mensalmente uma verba para esse efeito, realçando que principalmente as freguesias da vila de Porto de Mós frequentemente mandam as pessoas para a Câmara dizendo que não têm verbas, dizendo ainda que as freguesias recebem mensalmente cerca de três mil euros para pequenas reparações, nomeadamente para limpeza de caminhos agrícolas, referindo que foi isso que se foi fazer em Alcaria a pedido da senhora Presidente de Junta, que era um trabalho da Junta de Freguesia.-----

-----Disse depois que continuam as obras no IC2 e IC9 a grande ritmo. Disse ainda que está a ser preparado o alcatroamento na zona das Eiras da Lagoa onde terá lugar a Unidade de Cuidados Continuados, onde serão colocadas duas lombas redutoras de velocidade, Referiu-se ainda à construção dos passeios da Corredoura. Referiu-se ainda às obras da zona industrial dizendo ser uma obra que merece ser vista dado o grande volume de trabalho que ali está a ser desenvolvido, sendo importante para Porto de Mós em termos futuros, porque a zona industrial de Porto de Mós vai ficar no centro de Portugal em termos rodoviários, o que disse pensar, servir de atracção para novas empresas para o concelho. Disse depois que está em fase de execução a conduta adutora gravítica – Fonte dos Marcos – Reservatório dos Mendigos, para tornar independente o abastecimento do sistema de abastecimento de água da Batalha.-----

-----Referiu-se depois, entre outras coisas, ao saneamento de Mira de Aire dizendo que existem ali problemas que foram detectados com a filmagem que foi feita à conduta existente, dizendo que esta não está nas melhores condições, pelo que grande parte dela terá que ser substituída, tratando-se assim de um problema acrescido na resolução do problema do saneamento de Mira de Aire. Continuou dizendo, nomeadamente, dirigindo-se a Carlos Venda, que como se vê o saneamento merece por parte deste executivo grande dedicação, estando a ser feitos grandes investimentos na área do saneamento no concelho de Porto de Mós.-----

-----Disse depois que a revisão do PDM continua, acrescentando que segunda feira irá receber todos os elementos finais do PDM para consulta final às diversas instituições. Referindo-se ainda ao PDM, disse que este não seria muito melhor do que o anterior, nomeadamente no que se refere a áreas de construção, que irá passar para trinta mil metros quadrados, face ao PROT, dizendo esperar que a senhora Ministra tenha a coragem de em tempo útil de inverter esta situação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu-se ainda à elaboração do Roteiro Municipal que está em curso, bem como ao novo sítio do município que irão ser apresentados no próximo dia 25 no Castelo de Porto de Mós, no âmbito de um convite que os membros da Assembleia Municipal irão receber. Em fase de conclusão também o Parque Verde da Vila de Porto de Mós, que será inaugurado igualmente no dia 25 coincidindo com a abertura das Festas de S. Pedro/2011.-----

-----Fez ainda referencia aos trabalhos de construção da Ecopista, convidando todos a passar por lá, dizendo ser uma obra que está a ser elogiada por muita gente que vem já de longe para percorrer aquele espaço, estando a merecer as melhores referencias como pólo de atracção turística. -----

-----Quanto à educação, referiu que está em fase de concurso público a empreitada "Construção do Centro Escolar de Pedreiras". Ainda no âmbito da Educação, fez referencia à excelente organização da Semana da Educação que decorreu na vila e freguesia do Juncal, parabenizando a senhora Vereadora da Educação pelo facto.-----

-----Referiu-se ainda às actividades que foram desenvolvidas pelo Pelouro da Acção Social fazendo uma menção especial ao Espaço Social e ao numero de agregados familiares que são apoiados pela Câmara Municipal. No que diz respeito à CPCJ, destacou o colóquio realizado em Mira de Aire e sob a temática "Vamos falar de álcool..." e ainda a apresentação publica do programa "Educação Financeira" realizado no Espaço Jovem e dirigida a instituições, professores e à comunidade em geral.-----

-----No desporto deu especial ênfase à realização da Prova 17Km Porto de Mós/Serra de Aire, pelo vigésimo quinto ano consecutivo. -----

-----Referiu-se depois às obras de reparação e conservação do Cine-Teatro de Porto de Mós, referindo que há muito que se impunham e que finalmente se concretizaram. Fez depois menção à realização que teve lugar no Parque Verde e que foi talvez o maior evento cultural que teve lugar em Porto de Mós nos últimos anos e que foi a apresentação de trajes ao vivo, tendo estando presentes centenas de figurantes que fizeram largos elogios tanto ao espaço em que o evento se realizou bem como à organização, sendo que o êxito da organização valoriza o concelho. -----

-----Passou depois a pronunciar-se acerca das Festas de S. Pedro que terão inicio no próximo dia 25 e às actividades e eventos que as integrarão.-----

-----Referiu ainda que o GIP (Gabinete de Inserção Profissional) a funcionar na Câmara de Porto de Mós tem já uma delegação aberta na vila e freguesia de Mira de Aire, permitindo que todas as pessoas que até aqui tinham que se deslocar para Porto de Mós, sejam agora ali atendidas, bem como já estão concluídas duas salas, para uma descentralização em termos de atendimento, duas vezes por semana, no Juncal e em Mira de Aire.-----

-----No âmbito da Protecção Civil, foi feito mais um grande evento, em Alcaria – "O Nosso Compromisso é a Floresta" – suportado quase integralmente pela Câmara e em Parceria com a Junta de Freguesia de Alcaria e GIPS. Aproveitou ainda o ensejo para dizer que a interpelação que o senhor representante da Junta de Alcaria fez na Assembleia Municipal, tendo mandado cartas para vários sítios, incluindo para o senhor Presidente da Assembleia Municipal, acerca do custo de um projecto para aquela freguesia, até esta data ainda não descobriu aonde é que ele foi buscar os cento e quinze mil euros para o projecto de Alcaria, dizendo que apenas vê quinze mil euros, tendo-lhe já pedido para clarificar, respondeu aquele que tem lá documentos, não lhos tendo ainda mostrado, porque na Câmara não se encontra em lado nenhum esses documentos, continuando à espera da resposta. Disse ainda que não faz sentido mandar cartas para tanta gente com uma situação que não está clarificada.-----

-----Terminou dizendo que foram negociados os terrenos para a ampliação do Cemitério de Porto de Mós, situação que reputa de urgente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra disse que há pouco havia referido que o senhor Hélder Costa, Secretário da Junta de Freguesia de Alcaria e substituto da senhora Presidente de Junta na anterior sessão da Assembleia Municipal, lhe havia escrito uma carta e que reencaminhou para o senhor Presidente da Câmara, dizendo que se algum dos deputados quiser ter acesso ela se encontra disponível, referindo que efectivamente ali se diz que o projecto custou mais que a obra, que a elaboração do projecto custou cento e quinze mil euros e que a obra custou cento e um mil euros.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra, começou dizendo que o voto que propôs acerca das Eleições Legislativas de Junho de 2011, e que anteriormente entregou na mesa, não foi a votação, dizendo que a ideia era essa e que gostaria que fosse lido e que constasse da acta, para que se fique com a ideia de que o concelho de Porto de Mós, dentro do distrito de Leiria foi dos que menos abstenções teve.-----

-----Disse depois que queria propor que fosse endereçado aos quatro ranchos folclóricos deste concelho um voto de louvor e congratulação pelo seu empenho e dedicação na realização do Desfile Etnográfico que o senhor Presidente da Câmara já frisou e que ocorreu em Porto de Mós, enaltecendo o trabalho que estes jovens tiveram ao longo de vários meses, pois toda a musica deste desfile foi esteve ao cuidado das tocatas destes grupos e seria importante eles saberem que alguém reconhece o seu trabalho.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu que queria colocar duas ou três questões após o que entregará ao senhor Presidente da Assembleia o requerimento que fez no início. Assim, referiu que reitera a sua afirmação de que existem regulamentos a mais neste Município, pelo que deve haver uma concentração para evitar a desorganização que se viu há pouco, devendo ser sintéticos e fazer um regulamento único onde seja possível depois cada entidade rever-se. Nesta sequência, disse que gostaria de conhecer o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, para ver se de facto está ajustado à realidade actual, até porque num Encontro em que estive no NERLEI, ficou bastante alerta para a necessidade deste documento. Outra questão que já tem referido e em que volta a insistir é na dificuldade dos tempos que se adivinham, dizendo temer que os 79 agregados familiares que o senhor Presidente da Câmara referiu, aumentem, dizendo ainda temer que o concelho tenha que ver onde é que gastou o seu dinheiro, quais são os equipamentos que o Município tem, aquilo que fica depois do dinheiro emprestado e do dinheiro gasto, dizendo que é isso que a preocupa, pois vê muito dinheiro gasto em imóveis ou acções que depois não têm um desenvolvimento sustentado a seguir, passando a dizer que vai pedir apenas um exemplo: no desenvolvimento de actividades turísticas e lazer, que poderia ser uma área de interesse para o concelho, há 53 entidades neste lote, perguntando se neste lote há alguma entidade portomosense, dizendo que é isto que vai dar desenvolvimento ao concelho. Continuou dizendo que continua a insistir que é muito bonito termos parques e passeios mas não é com isso que o concelho vai viver daqui para a frente. Disse ainda, que por outro lado, viu também que a requalificação da conduta do Tojal tem apoio, S. Bento e Livramento igualmente, não constando Alqueidão da Serra, quando aqui já houve uma petição entregue ao Presidente da Assembleia sobre esta matéria.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):**-----

-----Referiu-se às actividades desenvolvidas na freguesia agradecendo o apoio que a Câmara tem dado. No que se refere à linha de água de que o senhor Presidente falou, concordou que efectivamente o fluxo de água irá aumentar muito com as obras do IC9, dizendo ser importante, durante o verão desimpedir toda essa linha que vai escoar na zona das Pedreiras. Outra questão que colocou tem a ver com o parque de campismo e com o facto de ir passar para a Junta de Freguesia, perguntando como está esse processo e manifestando o seu interesse em que isso acontecesse, para que a Junta pudesse fazer a sua gestão e aproveitar o espaço, acrescentando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tem lá feito algumas obras de manutenção e de protecção aquela zona, mas era importante que se pudesse fazer a gestão de uma instalação que fosse da Junta de Freguesia.

Suscitou ainda a questão da conclusão do muro da Cruz da Légua, dada a proximidade das festas que ali irão ter lugar, pedindo que se protegesse aquele espaço de forma a poder haver por ali circulação.

Acerca da rotundo no IC2, disse saber que a Câmara está a desenvolver esforços nesse sentido sendo importante a sua construção em data próxima da conclusão das obras do IC9, dado que o fluxo de trânsito vai aumentar.

Rita Isabel da Silva Pereira (PS):

Usando da palavra, disse que pretendia saber qual a posição da Câmara relativamente à EB1 da Tremoceira, perguntando se já está pensado o seu encerramento ou a continuidade deste ano lectivo.

Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):

Usou da palavra para colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara: quando as pessoas da sua freguesia o interpelarem acerca de quando a freguesia irá ter saneamento, o que é que lhes poderá responder?

Referiu-se depois ao que o senhor Presidente da Câmara havia dito acerca do PDM e dos 30 mil metros de construção fora das zonas urbanas, por força do PROT, dizendo que isso será uma medida que irá contribuir ainda mais para a desertificação das zonas rurais sendo que irá haver muita gente a sair do concelho, se essas medidas avançarem assim, dessa forma.

Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):

Referiu que o senhor Presidente elogiou os eventos da Semana da Educação no Juncal e muito bem, só que, e atendendo ao tempo que estava, havia alturas em que o calor era insuportável, sugerindo a montagem de tendas ou na previsão de muito calor, mudar o local para um sítio mais protegido, como o Parque de Campismo das Pedreiras, dizendo que futuramente seria de ponderar essas condicionantes.

António Manuel Ferreira de Almeida (PS):

Chamou a atenção para o facto de na Rua das Quintas, existir uma casa que está em perigo de ruir para a estrada e a sua deterioração está a acentuar-se desde que alguns camions por ali circulam. Referiu depois que tem pedido recorrentemente, a identificação do Alto da Vala, sem resultado. Referiu-se ainda à falta de iluminação naquela zona, dizendo que existe muita gente que por ali anda a pé.

Disse depois que junto à estação de Correios em Porto de Mós, que contesta veementemente, porque continua a não ter condições de acesso aos deficientes, não foi feliz a colocação da placa que permite o estacionamento de um carro para deficientes junto a essa estação, pelo simples facto de ser mesmo em frente ao apartado que muita gente utiliza.

Contestou ainda a placa de estacionamento para deficientes na Rua da Saudade, junto ao restaurante Canto da Saudade bem como a placa de "saída urgente – médico" colocada num portão, dizendo que não deve lá estar porque o referido médico já lá não vive. Concluiu, dizendo que são pormenores que fazem toda a diferença.

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Disse que queria chamar a atenção de duas situações tendo uma delas a ver com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ligação do Tojal à Ribeira de Baixo, dizendo ser umas das piores ligações que existem no concelho neste momento, estando na altura de se tentar resolver aquela situação.-----

-----Disse ainda que outra situação que queria aqui chamar a atenção da Câmara porque na reunião que houve em Lisboa com as Estradas de Portugal relativamente às obras de construção da IC9, chamou-se a atenção para a nascente de água existente na Freixa pedindo à Câmara o acompanhamento dos trabalhos para preservação da nascente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia referiu que depois da intervenção do senhor Presidente da Câmara passaria a ler os dois votos propostos pelo deputado **Carlos Vieira**, colocando-os seguidamente a votação. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a **Carlos Vieira** quanto à realização da Exposição Nacional de Trajes ao Vivo, que toda a despesa que houve foi suportada pelo Município de Porto de Mós, sendo que em boa hora ocorreu, pois foi um acontecimento digno e dignificante para o concelho. Quanto à proposta de agradecimento aos ranchos folclóricos do concelho feita por este deputado disse que já o fez pessoal e publicamente. -----

-----A **Ana Narciso** disse que o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança está elaborado e terá acesso a ele quando assim o entender. Continuou dizendo que foi um regulamento que deu muito trabalho porque envolve muitas entidades, tais como bombeiros, GNR, PNSAC. Quanto aos equipamentos da Câmara Municipal, disse que a senhora deputada tem referido com alguma frequência obras e obras desnecessárias, respondendo que foram feitas as obras que eram necessárias e provavelmente algumas que eram desnecessárias, acrescentando que na política há quem faça obras necessárias e desnecessárias e há aqueles que não fazem nada. Este executivo faz as obras necessárias e aquelas que alguns consideram desnecessárias e outros não, desafiando a deputada a que diga quais as obras que entende serem desnecessárias, pois aquilo que é para uns pode não ser para outros e vice-versa.-----

-----Disse depois que existe uma entidade de Porto de Mós que tem um grande apoio do QREN, do Programa Mais Centro, na área do Turismo Rural, que é o hotel de 4 estrelas que está a ser construído em Alvados e que muito vai contribuir para o desenvolvimento do Turismo no Concelho de Porto de Mós. Referiu ainda que há outras entidades que têm tido apoios doutros programas, nomeadamente do PRODER, com hipóteses de virem a ser aprovadas.-----

-----Respondeu depois que o financiamento do abastecimento de água ao Alqueidão da Serra não é possível neste momento, porque só pode haver financiamentos desde que haja intenção da adjudicação, sendo esta uma das condições necessárias para que haja candidaturas, que a obra esteja em fase de intenção de adjudicação, que é o caso do pólo escolar do pólo escolar das Pedreiras, que estamos a aguardar que se abram as propostas, que haja intenção da adjudicação, para que depois, em princípio em Setembro, se poder candidatar esta obra. Disse ainda que Porto de Mós foi a primeira Câmara da região que conseguiu aprovar um documento de enquadramento estratégico, relativamente à água e ao saneamento, elaborado pelos serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós.-----

-----A Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras elogiou a parceria entre a Câmara, a Junta e outras entidades daquela freguesia na realização de eventos que têm alcançado grande êxito. Manifestou depois a sua preocupação acerca da linha de água de que já havia falado. Referiu ainda que o Parque de Campismo é propriedade da ADSAICA que se está a preparar para fazer a doação à freguesia das Pedreiras assim como o Centro Hípico à freguesia de Alcaria, que são as entidades que julga adequadas para gerir este património.-----

-----No que se refere ao muro da Cruz da Légua, disse que agora há um novo procedimento relacionado com a insolvência da empresa, cujo administrador terá de autorizar a conclusão ou não da obra indo tentar que a obra esteja pronta na altura da festa.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No que se refere à rotunda do IC2, disse que está a aguardar parecer das Estradas de Portugal e do consórcio da Brisa.-----

-----A **Rita Pereira** disse que quanto à EB1 da Tremoceira, não está garantido o seu encerramento, embora seja seu entendimento e em termos pedagógicos, que não faz muito sentido ter aquela escola a funcionar, com o número de alunos que a frequentam.-----

-----A **Carlos Venda** disse quanto ao saneamento de Serro Ventoso que não lhe pode dizer quando é que vai estar concluído, mas neste momento a sua prioridade ainda continua a ser o abastecimento de água à freguesia de S. Bento, pois ainda muita gente continua a não ter água na freguesia de S. Bento, pese embora todo o investimento que lá tem vindo a ser feito. -----

-----A **António Almeida** perguntou qual a casa em vias de ruir a que este se referiu, identificando-a. Quanto à iluminação disse que a tendência é para reduzir, face aos custos mensais que a autarquia suporta. Quanto à estação dos Correios precisa de um corrimão para as pessoas se apoiarem, tendo os nossos serviços já recebido uma reclamação de uma rampa que foi reencaminhada para os CTT. No que respeita à placa de estacionamento para deficientes na Rua da Saudade, disse que faz sentido lá estar por em frente existir uma loja de produtos dessa área sendo que a maior parte dos clientes são pessoas com mobilidade reduzida pelo que se justifica esse sinal naquele local.-----

-----A **António Pires**, disse quanto à ligação da estrada Tojal/Ribeira de Baixo, que neste momento está a aguardar uma resposta do executivo da Junta de Freguesia, porque não se vai alcatroar a estrada sem corrigir algumas coisas, nomeadamente uma curva acentuada que a mesma tem.-----

-----Quanto à questão da nascente da Freixa, disse que iria analisar a situação.-----

-----Terminou dizendo que dia 25 contava com a presença de todos no Castelo, na sequência de convite que irá ser enviado, para a abertura das Festas de S. Pedro.-----

-----Seguidamente a senhora Vereadora da Educação usou da palavra para responder a **Joaquim Santiago** e aproveitando o ensejo agradeceu publicamente a todas as entidades que estiveram presentes na Semana da Educação, sempre no plano do voluntariado. Disse que houve uma média de oitenta pessoas a servir as professoras e as crianças do concelho e que das 8 da manhã às 7 da tarde nunca se queixaram do calor. Referiu ainda que alterar todo um plano estabelecido em cima da hora é sempre muito complicado, dada a logística que isso envolve, sendo muito difícil encontrar um espaço satisfatório que permita conciliar todas as actividades. Disse ainda que houve o cuidado de, com o apoio da farmácia do Juncal, durante os três dias, distribuir sistematicamente protectores solares, por todas as crianças, professoras, funcionários e voluntários. Houve também o cuidado de se prevenir a possibilidade de abertura do pavilhão para as crianças lá permanecerem, caso estivesse muito calor, onde de facto almoçaram tendo aí permanecido até por volta das três horas, altura em que foram para o campo de futebol, onde estavam doze tendas montadas.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a ler os dois votos apresentados pelo deputado Carlos Vieira, que a seguir se transcrevem, colocando-as seguidamente a votação:-----

-----DESFILE NACIONAL DE TRAJE E ETNOGRAFIA-----

-----VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO-----

-----Considerando o elevado empenho, dedicação e trabalho realizado pelos quatro ranchos folclóricos do nosso concelho, que asseguraram com as suas tocatas, toda a música ouvida; -----

-----Considerando que este evento lhes trouxe um grande acréscimo de trabalho e ao longo de vários meses, para além de trabalho "in loco", proponho que seja dado e transmitido aos nossos quatro ranchos folclóricos, um Voto de Reconhecimento e Louvor, que proporcionaram o êxito conseguido. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Sessão da Assembleia Municipal de 17 de Junho de 2011.-----
-----Porto de Mós, 17 de Junho de 2011.-----
-----O Deputado Carlos Vieira (PSD)-----

-----Colocado a votação o presente voto de Louvor e Congratulação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

-----ELEIÇÕES LEGISLATIVAS – JUNHO DE 2011-----

-----VOTO-----

-----Considerando a elevada participação no Acto Eleitoral realizado no dia 5 de Junho de 2011, dos cidadãos do concelho de Porto de Mós, o 5º no total de dezasseis do distrito, em que menor abstenção houve; tendo-se verificado que o mesmo decorreu sem incidentes e com grande civismo; a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária em 17 de Junho de 2011, congratula-se com os Municípes pela participação cívica, empenho eleitoral e civismo demonstrados. -----

-----Porto de Mós, 17 de Junho de 2011.-----
-----P'los eleitos do PSD, Carlos Vieira.-----

-----Colocado a votação o presente voto de Louvor e Congratulação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, passou a ler o requerimento que a deputada **Ana Narciso** apresentou à mesa, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Percebo que os serviços prestados pela Câmara não tenham que dar prejuízo nem lucro, mas podem e devem ser bem geridos, e porque foi feita esta afirmação pelo senhor Presidente da Câmara que presta contas a esta Assembleia e que perante ela deve dar contas fundamentadas e comprovativas, requeiro ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, ao abrigo do artigo 16º, f) os seguintes documentos , requeiro também que sejam distribuídos a todos os deputados municipais desta Assembleia e Comunicação Social:-----

-----a) facturas que comprovem o pagamento da Câmara Municipal à empresa em questão e que comprovem o prejuízo de cem mil euros referidos;-----

-----b) acta da reunião de Câmara de 26 de Junho de 2003.-----

-----E pela minha parte, seja em que situação for, esta atitude de comprovar o que se diz deveria fazer doutrina.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu iria enviar o presente requerimento ao senhor Presidente da Câmara que lhe responderá, acrescentando que em seu entender, o envio para a comunicação social e pelos deputados será da sua responsabilidade.-----

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações 1. Modificações orçamentais: 1ª revisão ao Orçamento de 2011; 2. Modificações Orçamentais: 1ª revisão às Grandes Opções do Plano de 2011; 3. Aditamento à Tabela Geral de Taxas e outras receitas municipais; 4. Regulamento de utilização da Casa da Cultura de Mira de Aire e do Cine-teatro de Porto de Mós; 5. Expropriação de terrenos para a zona industrial de Porto de Mós – pedido de declaração de utilidade pública e posse administrativa – Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro e 6º. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – substituição de dois elementos, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 do dia 18 de Junho e para constar se lavrou a presente acta que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----
